

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: 01/06/2015 a 31/06/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Gestores falam sobre marco da biodiversidade.</b> Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 02/06/2015 .....	2
<b>Amapá lança novo fundo para proteção de unidades de conservação.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 02/06/2015 .....	2
<b>MMA alerta: o sistema CAR é gratuito.</b> Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 08/06/2015 .....	3
<b>Desempenho de sistema agroflorestal na Amazônia é apresentado em Dia de Campo</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 08/06/2015 .....	4
<b>Contratações pelo Plano ABC podem chegar a R\$ 3,2 bi na safra 2014/15.</b> Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 10/06/2015 .....	5
<b>Certificado da Sustentabilidade e entrega de projetos a autoridades marcam o primeiro dia de Encontro Ruralista</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 11/06/2015 .....	5
<b>Regulamentação da Lei da Biodiversidade será construída com participação popular.</b> Rafaela Ribeiro – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 12/06/2015	7
<b>A agroecologia como modelo ideal de produção de alimentos</b> – Site do MST. 17/06/2015 .....	8
<b>Pesquisa detalha o perfil do Bolsa Verde.</b> Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 19/06/2015 .....	9
<b>Fundo Clima aplica R\$ 7,5 milhões em 2015.</b> Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 19/06/2015 .....	11
<b>Uso de agrotóxicos mais que dobra entre 2002 e 2012, aponta IBGE.</b> Robson Sales – Valor Econômico, Agronegócios. 19/06/2015 .....	12
<b>Mulheres Sem Terra fazem da agroecologia uma ferramenta de emancipação</b> – Site do MST. 22/06/2015 .....	12
<b>Em 16 anos, desmatamento da Amazônia Legal foi quase o tamanho de SP</b> – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 22/06/2015 .....	13
<b>Setor de orgânicos criará este ano primeira associação nacional.</b> Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 22/06/2015 .....	14
<b>Oriximiná recebe verba por uso de floresta</b> – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 23/06/2015 .....	14
<b>Decreto regulariza comunidade quilombola Família Thomaz em Santa Catarina</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/06/2015 ..	15
<b>Dilma assina decretos de regularização de terras quilombolas e beneficia 2,3 mil famílias</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/06/2015 .....	16

<b>Terra Legal cede 504 mil hectares para MMA.</b> Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/06/2015 .....	17
<b>Incra cria primeiro projeto de desenvolvimento sustentável do Sul do Pará</b> – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/06/2015 .....	18
<b>Brasil vai alavancar a agroecologia, afirma ministro.</b> Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/06/2015.....	19
<b>Brasil pode ser modelo mundial na produção de alimentos sustentáveis</b> – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 25/06/2015 .....	20
<b>Via Campesina critica apropriação da agroecologia pelo capital.</b> Iris Pacheco – Site do MST. 26/06/2015.....	21
<b>O papa e a Amazônia.</b> Denis Lerrer Rosenfield – O Estado de São Paulo, Opinião. 29/06/2015.....	24

## **Gestores falam sobre marco da biodiversidade. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 02/06/2015**

*Bate-papo será transmitido ao vivo, na quarta-feira (03/06), às 11h, pelo YouTube, e esclarecerá questões enviadas pelas redes sociais com a hashtag #LeiDaBiodiversidade*

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) promovem, nesta quarta-feira (03/06), às 11h, transmissão ao vivo no canal YouTube do MMA, sobre o novo marco legal da biodiversidade. Batizado de “hangout on air”, o bate-papo terá a presença do diretor de Patrimônio Genético do MMA, Rafael Marques, e da coordenadora-geral de Ecossistema do MCTI, Andrea Portela.

Os internautas podem participar enviando perguntas pelas redes sociais. Basta marcar a postagem com a hashtag #LeiDaBiodiversidade.

### **LEGISLAÇÃO**

A Lei nº 13.123, que define o novo marco legal da biodiversidade, foi sancionada no dia 20 de maio de 2015 pela presidenta Dilma Rousseff. Em seu escopo, o dispositivo define o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e normatiza a repartição de benefícios. O objetivo é desburocratizar o processo e estimular o desenvolvimento sustentável e a pesquisa científica no País.

Com as novas regras, os povos indígenas, as comunidades tradicionais e os agricultores familiares passam a ter direito de participar das decisões relacionadas à conservação e ao uso sustentável de seus conhecimentos tradicionais. “Esse processo integra 300 povos e comunidades tradicionais e mostra que o País é capaz de se desenvolver sem deixar sua população para trás”, destacou a presidenta Dilma Rousseff, na cerimônia de sanção da lei.

Nos últimos 12 anos, foram firmados apenas 136 contratos de repartição de benefícios (80% deles nos últimos três anos) devido à antiga legislação. Agora, a nova lei deve agilizar o processo. Os pesquisadores, por exemplo, precisarão fazer apenas um cadastro simplificado para estudar a biodiversidade brasileira. Só será necessário solicitar autorização prévia para trabalhos realizados em áreas de fronteira e sob jurisdição do Comando da Marinha.

---

## **Amapá lança novo fundo para proteção de unidades de conservação. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 02/06/2015**

SÃO PAULO - A Amapá lançou nesta semana um novo mecanismo financeiro para aprimorar a gestão de suas Unidades de Conservação (UCs). O chamado Fundo Amapá terá um aporte inicial de R\$ 5 milhões, doado por meio Global Conservation Fund (GCF).

Criado governo do Estado, em parceria com a organização ambiental Conservação Internacional (CI-Brasil) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), o fundo será do tipo “endowment” — o que garantirá recursos permanentes graças ao rendimento de aplicações financeiras.

Diferentemente da maioria das outras ações empreendidas em favor da conservação da floresta, o fundo aportará os rendimentos alinhado às diretrizes do Novo Plano Plurianual do Estado que será construído de forma participativa com a sociedade. A estrutura prevê a captação de novos e diversificados recursos, agilidade de execução e flexibilidade para a alocação nas áreas protegidas, de forma que seja adaptável à conjuntura e às reais necessidades das unidades de conservação estaduais.

A aplicação dos recursos será submetida ao Conselho Deliberativo do Fundo, composto por membros da sociedade civil e órgãos públicos.

“A criação do fundo não apenas complementarará os esforços de investimento financeiro realizados pelo Amapá em conservação como também trará benefícios concretos para toda a população que hoje tem enorme potencial de se desenvolver economicamente através do uso sustentável dos recursos naturais”, ressalta Rodrigo Medeiros, vice-presidente da CI-Brasil.

Com uma área protegida de 10,2 milhões de hectares distribuídas em 19 Unidades de Conservação e 5 Terras Indígenas homologadas, o Amapá tem 72% de seu território sob proteção formal. Além disso, o Estado é o mais conservado da Amazônia com cerca de 98% de florestas primárias, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE).

---

#### **MMA alerta: o sistema CAR é gratuito. Letícia Verdi – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 08/06/2015**

*O Ministério do Meio Ambiente esclarece que a inscrição para O Cadastro Ambiental Rural não é paga. O proprietário pode acessar e seguir passo a passo do preenchimento com auxílio da cartilha ou de pessoas treinadas nas secretarias de Agricultura e Meio Ambiente*

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é gratuito. Essa condição é garantida pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), que capacitou mais de 30 mil pessoas em todo o Brasil para auxiliar os proprietários rurais. Aqueles que não têm acesso à internet ou sentem dificuldade para realizar o cadastro pelo site [www.car.gov.br](http://www.car.gov.br) podem procurar sindicatos, cooperativas e secretarias de Meio Ambiente e Agricultura de sua cidade para receber apoio.

O CAR é um registro público eletrônico das informações ambientais dos imóveis rurais. O objetivo do cadastro é promover a identificação e integração das informações ambientais das propriedades e posses rurais, visando ao planejamento ambiental, monitoramento, combate ao desmatamento e regularização ambiental.

O documento não tem valor fundiário, não podendo ser cobrado por cartórios para registrar escrituras de imóveis. Porém, a partir de 2017, as instituições financeiras cobrarão o CAR como pré-requisito para conceder crédito aos produtores rurais.

#### **CAPACITAÇÃO**

“Fazemos a analogia com o Imposto de Renda, em que muita gente prefere pagar alguém para fazer. Para o CAR, não é o caso de gastar dinheiro porque capacitamos um

número alto de pessoas para prestar esse serviço gratuitamente”, diz o secretário-executivo do MMA, Francisco Gaetani.

O curso de capacitação do CAR (CapCAR) formou 31.977 pessoas até maio de 2015, inscritas em quatro turmas. A formação, oferecida pelo MMA e ministrada pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), foi totalmente gratuita.

---

### **Desempenho de sistema agroflorestral na Amazônia é apresentado em Dia de Campo – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 08/06/2015**

Modelos de sistemas agroflorestrais (SAFs), que aliam o plantio de frutíferas, mandioca e espécies florestais, são testados em área de produtor no sudeste paraense. Os resultados serão apresentados no próximo dia 19 de junho, no dia de campo do Projeto Biomas – Amazônia, em São Domingos do Araguaia, a produtores e técnicos rurais da região.

Na área de Fazenda Cristalina, o projeto Biomas, realizado pela Embrapa e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), desenvolve 22 iniciativas de pesquisa para identificar formas sustentáveis de produção, considerando o uso da árvore para recuperação de áreas e em sistemas produtivos. No local, a pesquisa está testando modelos de sistemas agroflorestrais para futuramente indicar um sistema mais adequado à região. O trabalho iniciou em fevereiro de 2014 e considera as especificidades do clima e solo locais, a disponibilidade de sementes e mudas e o mercado local.

Na preparação da área, a primeira cultura testada foi a mandioca, plantada junto às espécies florestais castanheira e mogno africano. O engenheiro agrônomo, Antônio José de Menezes, analista da Embrapa Amazônia Oriental, explica que após a mandioca, foi plantado o abacaxi na área que ainda está em desenvolvimento no local. “Em 2016, serão plantadas as mudas de bananeira, e em 2017 será o cupuaçu e cacau em consórcio”, explica.

O agrônomo já contabilizou os primeiros resultados do sistema: a mandioca teve uma produtividade média de 27 toneladas por hectare. O número é bastante positivo em relação à produtividade média do estado, que é de 16 toneladas por hectares. Antônio Menezes atribui esse resultado aos tratos culturais e ao manejo do solo, detalhes que irá apresentar no dia de campo.

#### ***INSCRIÇÕES PARA O DIA DE CAMPO***

Os visitantes terão a oportunidade de visitar seis ações de pesquisa na Fazenda Cristalina com diferentes propostas para o uso da árvore nas propriedades rurais, tanto com a finalidade de recuperação de áreas degradadas, quanto para seu uso em sistemas produtivos consorciados.

As vagas para o dia de campo do Projeto Biomas - Amazônia são limitadas a 200 participantes, direcionadas a produtores rurais, técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos e florestais, que atuam na extensão e assistência técnica rural e institutos de ensino e pesquisa.

A inscrição deve ser feita por meio do formulário até o dia 14 de junho para garantir o recebimento do material no local do evento. O formulário deve ser enviado para o e-mail [biomas.am@embrapa.br](mailto:biomas.am@embrapa.br).

### *SOBRE O PROJETO BIOMAS*

O projeto Biomas é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), sendo desenvolvido nos seis biomas brasileiros. O objetivo é identificar formas sustentáveis para viabilizar a propriedade rural, considerando a árvore em seus sistemas propostos, nas diferentes regiões brasileiras. O projeto tem o apoio do Sebrae, Senar, Monsanto e John Deere.

---

### **Contratações pelo Plano ABC podem chegar a R\$ 3,2 bi na safra 2014/15. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 10/06/2015**

BRASÍLIA - O Ministério da Agricultura estima que as contratações de crédito pelo Plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que estimula práticas de conservação ambiental no meio agropecuário, devem alcançar R\$ 3,2 bilhões até o fim da safra 2014/15, que se encerra em junho.

Entre julho do ano passado e abril deste ano já foram liberados R\$ 2,9 bilhões. O total ofertado para o ABC em todo o Ano Safra, porém, foi de R\$ 4,5 bilhões, indicando que as linhas do programa não devem ser integralmente desembolsadas.

No lançamento do Plano Safra 2015/16 na semana passada, a ministra Kátia Abreu anunciou que o ABC perderá volume de recursos em relação ao atual ciclo 2014/15, a exemplo de outras linhas de crédito rural para investimento que também foram reduzidas.

Para o período entre julho deste ano e junho de 2016 serão disponibilizados R\$ 3 bilhões. As taxas de juros do ABC também foram elevadas dos atuais 4% e 5% ao ano para 7,5% e 8% ao ano na próxima safra.

Segundo o Departamento de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, na safra 2014/15 até abril deste ano (último levantamento disponível), as principais técnicas do Plano ABC utilizadas pelos produtores rurais foram a recuperação de pastagens degradadas, com 43% do total dos contratos; o sistema de plantio direto, com 20%; a técnica de floresta plantada (12,9%); e a integração lavoura-pecuária-floresta (5,9%).

Nesse intervalo, a Pasta informa que foram celebrados 6,3 mil contratos pelo Programa ABC, totalizando um financiamento médio de R\$ 467 mil por contrato.

---

### **Certificado da Sustentabilidade e entrega de projetos a autoridades marcam o primeiro dia de Encontro Ruralista – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 11/06/2015**

Pensar na agropecuária como a solução para o desenvolvimento do Pará. Essa é a essência do 43º Encontro Ruralista, evento promovido pela Federação da Agricultura e

Pecuária do Pará (FAEPA), reunindo cerca de 200 participantes, entre eles lideranças de produtores rurais, assessores técnicos sindicais, palestrantes e convidados.

Segundo o presidente da FAEPA, Carlos Fernandes Xavier, o objetivo é promover a troca de ideias entre os participantes e despertá-los para novas oportunidades de inovação e de geração de conhecimento. “O Encontro Ruralista é um evento disseminador de informações e é o fortalecimento dessa ideia que buscamos, ou seja, o conhecimento para identificar oportunidades e potencialidades do Agro para apresentar projetos que impulsionem o desenvolvimento do setor produtivo em benefícios à sociedade,” explica.

No primeiro dia do Encontro, foi entregue ao Ministro da Pesca e Aquicultura (MPA), Helder Barbalho, um projeto estadual para Aquicultura que dinamizará o setor, gerando emprego e renda para pescadores, piscicultores e aquicultores. Para Helder, as ações estratégicas estabelecidas pelo projeto poderão nortear toda uma gestão pública em prol do desenvolvimento da aquicultura paraense e ressaltou a importância de se investir na qualificação do produtor e de políticas públicas para diminuir os custos de produção no país. “O Pará é a nova fronteira de oportunidades do Brasil, então peço que criem na viabilidade e no potencial do negócio do pescado. Tenho certeza de que a aquicultura é o caminho para o nosso Estado crescer”, conclamou o ministro aos produtores.

Dando continuidade à programação dois importantes momentos marcaram o primeiro dia do evento: a entrega do Certificado "Compromisso de Sustentabilidade da Produção Paraense" a Mejer Agropecuária, criado pela Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), com objetivo de contemplar empresas que atendam as exigências e normas estabelecidas pela legislação que trata das questões trabalhistas e socioambientais nacionais, permitindo aos produtores que atuem em consonância com as normas que exigem confiabilidade e sustentabilidade aos produtos ofertados no mercado, além de viabilizar o credenciamento de órgãos competentes capazes de realizar a avaliação e aprovar a concessão do certificado.

Além do certificado, outro destaque do dia foi a apresentação do Projeto de Desenvolvimento do Estado do Pará aos deputados Márcio Miranda e Sidney Rosa, da Frente Parlamentar de Desenvolvimento, da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

A programação de hoje também falou sobre o eSocial, CCIR – Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais e Programa de Assistência Técnica e Gerencial do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Para encerrar a noite, foi proferida uma palestra do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) sobre Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF).

Prestigiaram o primeiro dia do Encontro, o diretor geral da Adepará, Luciano Guedes, o Superintendente da Sudam, Djalma Mello, o deputado estadual Fernando Coimbra, o vice-governador de Roraima, Paulo César Justo Quartiero, e os ex-deputados Asdrubal Bentes e Wandenkolk Gonçalves

*Programação do segundo dia - 11/06*

No segundo dia do Encontro Ruralista os assuntos são: Programa Sindicato Forte; O MAPA e o Desenvolvimento do Agronegócio Paraense; Sanidade Animal/Inquérito



Soro Epidemiológico-Brucelose-Tuberculose; Projeto PGA/CNA Card; Pecuária – Negócio do Pará/MATOPIBA; Programa do BID para o Pará; Cancelamento de Matrículas; SENAR: Visão Atual; PRONATEC/Pactuação 2015; Sustentação Financeira do Sistema FAEPA/SENAR; Recursos Hídricos e o Agronegócio Paraense.

---

**Regulamentação da Lei da Biodiversidade será construída com participação popular. Rafaela Ribeiro – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 12/06/2015**

*As contribuições podem ser enviadas até 31 de agosto e vão subsidiar a consulta pública sobre a regulamentação da Lei 13.123/2015*

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) começa a receber, a partir desta sexta-feira (12/06), contribuições para subsidiar a elaboração da consulta pública sobre a regulamentação da Lei da Biodiversidade (Lei 13.123/2015), que será lançada pelo governo federal em setembro. A Lei define o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e a repartição dos benefícios oriundos desse acesso.

“É importante que toda a sociedade participe para que o Governo possa elaborar uma regulamentação que atenda, da melhor maneira possível, tanto as empresas e institutos de pesquisas que usam a biodiversidade, quanto os povos indígenas, as comunidades tradicionais e agricultores familiares detentores do conhecimento tradicional associado”, explicou o diretor de Patrimônio Genético do MMA, Rafael Marques.

As contribuições, sugestões e propostas podem ser enviadas até 31 de agosto, preenchendo o formulário ([clique aqui](#)). Depois, será elaborado um mapa diagnóstico dos temas e artigos prioritários e sensíveis, que deverão ser abordados e debatidos durante a consulta pública. Veja aqui as contribuições já recebidas.

#### AVANÇOS

A lei é uma conquista para os povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares, que passam a ter o direito de participar das decisões relacionadas à conservação e ao uso sustentável dos conhecimentos tradicionais. Para isso, terão assento garantido e paritário com os outros setores da sociedade civil (empresarial e academia) no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) do MMA.

Terão direito, inclusive, de participar das decisões acerca da destinação dos recursos do Fundo Nacional para Repartição de Benefícios (FNRB), que será gerido pelo MMA e tem como objetivo valorizar o patrimônio genético e os conhecimentos tradicionais associados, promovendo seu uso de forma sustentável.

Para a exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo, proveniente de acesso ao conhecimento tradicional associado, será exigido consentimento prévio informado e acordo de repartição de benefícios com as comunidades fornecedoras dos conhecimentos. O documento pode ser apresentado em até 365 dias após o momento da notificação ao CGen, informando que o produto acabado ou o material reprodutivo será colocado no mercado. Isso permite que as empresas e os provedores possam conhecer qual é o tamanho do benefício econômico auferido antes de fazer a repartição de benefícios, permitindo uma repartição mais justa e equitativa.

Outra novidade: as pesquisas envolvendo o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado não precisarão mais de autorização prévia do CGen, sendo necessário, apenas, fazer um cadastro eletrônico. "A promoção do uso sustentável do patrimônio genético e a valorização do conhecimento tradicional associado podem abrir uma grande oportunidade para o Brasil fortalecer e desenvolver uma economia em que o elemento chave seja a conservação da biodiversidade", destacou Rafael Marques. "Precisamos reconhecer o papel importante que os povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares representam nesse contexto (do desenvolvimento econômico)", reforça.

---

## **A agroecologia como modelo ideal de produção de alimentos – Site do MST. 17/06/2015**

*Tão concentradas quanto a terra do agronegócio, estão também a distribuição e o acesso à alimentação em nível global*

Apesar da produção atual de comida ser suficiente para alimentar toda a humanidade, uma em cada sete pessoas no mundo passa fome, segundo informações do Relatório anual da agência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Os dados nos mostram que tão concentradas quanto a terra do agronegócio, estão também a distribuição e o acesso à alimentação em nível global.

Esse cenário de crise alimentar pede a urgência de uma alternativa que não se limite apenas à produção, mas atente para problemas sociais estruturais.

Entenda como podemos construir um modelo de desenvolvimento mais justo e viável a partir da agroecologia.

### *Garantindo Soberania Alimentar*

Todos os povos devem ter direito aos meios de produzir alimentos seguros e nutritivos, garantindo o direito à alimentação e as necessidades de suas sociedades. Isso não é possível com o agronegócio que acorrenta o agricultor a um pacote tecnológico, em que a semente é muito mais adaptada a escala de produção da indústria.

Com a agroecologia, a seleção e reutilização de sementes é realizada de acordo com as necessidades e padrões de alimentação da família, gerando sistemas agrícolas diversificados e, conseqüentemente, alimentos mais virados e saudáveis.

### *Valorizando o papel e a cultura do camponês*

A agroecologia faz uma ponte entre o conhecimento tradicional e a ciência integradora de várias áreas, valorizando tanto as inovações tecnológicas que ajudam a enfrentar os problemas vinculados à produtividade da plantação, quanto o camponês como sujeito fundamental para o trabalho no campo, reestruturando socialmente a comunidade agrícola e a agricultura familiar, de onde advém 70% dos alimentos para consumo no mundo, de acordo com dados do grupo ETC.

### *Reduzindo custos e criando empregos*

Segundo o relatório Agroecologia e o Direito à Alimentação, produzido pelo Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação, o professor belga Olivier De Schutter, a agroecologia reduz os custos de produção ao minimizar o uso de insumos caros, melhorando as condições de vida das famílias agricultoras, particularmente aquelas mais pobres. Ela pode ser intensiva em conhecimentos e em mão de obra, criando oportunidades de trabalho nas áreas rurais e promove o desenvolvimento rural.

*Sendo a chave para o desenvolvimento Sustentável*

Enquanto o agronegócio destrói o meio ambiente, a agroecologia não utiliza produtos químicos, recicla totalmente seus componentes e prioriza o desenvolvimento da diversidade genética no espaço agrário. Só no Norte e Nordeste do país já existem cerca de dois milhões de unidades de produção que não utilizam agrotóxicos.

Estamos diante de uma disputa de dois modelos concorrentes de desenvolvimento. Resta à população refletir sobre a melhor maneira para produzir a alimentação necessária para os cerca de 180 milhões de brasileiros, levando em conta os aspectos econômicos, sociais, ambientais e de saúde.

---

### **Pesquisa detalha o perfil do Bolsa Verde. Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 19/06/2015**

*A partir de estudo realizado pela UFRRJ, Ministério do Meio Ambiente poderá avaliar erros e acertos por meio de análise comparativa.*

A maioria das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde (PVB), iniciativa do Plano Brasil sem Miséria do governo federal voltado a famílias em situação de extrema pobreza que exercem atividades de conservação ambiental, são numerosas, formadas principalmente por adolescentes e adultos, com cerca de cinco indivíduos; acreditam que o desmatamento é a principal ameaça para a conservação do meio ambiente onde vivem; viajam cerca de 30 Km para receber o benefício, e gastam mais de duas horas para chegar ao local.

Além disso, utilizaram o recurso do programa para adquirir novos equipamentos para incrementar a produção (enxada, rede); recebem o pagamento por conta própria, sem o uso de intermediários; têm na mandioca o principal item da sua produção e não participaram de nenhuma atividade de capacitação no último ano.

Esses foram alguns dos resultados de 2014 do Relatório Final do Trabalho de Campo do Monitoramento Amostral do Bolsa Verde, programa coordenado pelo Ministério do Ambiente (MMA). O monitoramento foi realizado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) durante o ano e apresentado nesta sexta-feira (19/06) no MMA.

### **CONTRIBUIÇÃO**

Foram realizadas 2.176 entrevistas, sendo 1.088 com famílias beneficiárias e 1.088 com não beneficiárias, considerando o universo de 51.498 famílias cadastradas pelo MMA até 31 de janeiro de 2014.

O desenvolvimento do monitoramento tem como objetivo verificar se e como o programa tem contribuído para a melhoria da conservação ambiental nos territórios

onde as famílias beneficiadas estão inseridas através da melhoria das condições de renda. De forma geral, foi possível construir um perfil médio das famílias beneficiárias do PBV com os dados obtidos e compará-lo com os de outras famílias que vivem no mesmo local.

### *EXIGÊNCIA LEGAL*

Segundo a gerente do Programa Bolsa Verde da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Andrea Oncala, além de acompanhar as ações desde o início e de trazer o perfil dos beneficiários, o monitoramento serve de termômetro para avaliar se a política pública está sendo cumprida com êxito. “O Bolsa Verde é um programa inovador”, disse. “O monitoramento amostral, bem como a divulgação dos seus resultados, são atividades relevantes para o sucesso de políticas públicas voltadas para o combate à pobreza e apoio a conservação ambiental.”

Para o professor Rodrigo Medeiros, da UFRRJ, e diretor do Conservation International, parceiro da universidade neste trabalho e responsável pela apresentação, além de ser uma exigência legal, o monitoramento traz informações detalhadas das famílias beneficiárias, diferenciadas por grupo social e território. “Esses dados nos dão melhores condições para avançar na próxima etapa do programa com foco nos desafios apontados pela pesquisa”, destacou ele.

### *DESAFIOS*

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral, revelou que o principal desafio diz respeito à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). “O estudo nos mostrou, por exemplo, que a capacitação adequada é algo fundamental para que as famílias tenham um projeto de renda”. Além da capacitação, entre os principais desafios apontados pela pesquisa, estão: melhorar a divulgação de informações relacionadas ao programa dentro das unidades territoriais (UTs) contempladas e oferecer um acompanhamento mais efetivo do recebimento do benefício.

Segundo o professor Ricardo Motta, diretor do Centro Internacional de Estudos para o Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ (CIEDS), os dados da pesquisa mostram que o programa trouxe não apenas benefícios sociais, como ambientais, um dos eixos principais do programa.

O objetivo do PBV é incentivar a conservação dos ecossistemas, promover a cidadania e aumentar a renda das populações que vivem em unidades de conservação, assentamentos e povos ribeirinhos. O valor do benefício do Bolsa Verde é de R\$ 300,00 pago a cada três meses

### *SAIBA MAIS*

Em 2013, foi firmada a parceria institucional entre o MMA e a UFRRJ, para o desenvolvimento do Monitoramento e Difusão do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Programa Bolsa Verde (PBV). As atividades desse monitoramento foram desenvolvidas em estreita colaboração com a Conservação Internacional (CI Brasil) e sua implementação em campo contou com o apoio dos órgãos gestores das unidades

territoriais abrangidas pelo PBV: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

---

### **Fundo Clima aplica R\$ 7,5 milhões em 2015. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 19/06/2015**

*Há projetos voltados para o aproveitamento da energia solar e do biogás e impactos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos do Cerrado*

Mais de R\$ 7,5 milhões serão investidos em projetos de mitigação e adaptação aos prejuízos causados pelo aquecimento global. O Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) aprovou, nesta sexta-feira (19/06), o plano anual de aplicação de recursos de 2015. O montante se refere aos recursos não reembolsáveis, operados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Entre as atividades apoiadas pelo Fundo, está a construção de indicadores de vulnerabilidade da população como insumo para elaboração de ações de adaptação, em um projeto conduzido pela Fundação Oswaldo Cruz. Além disso, há projetos voltados para o aproveitamento da energia solar e do biogás, para os impactos das mudanças climáticas sobre os recursos hídricos do Cerrado e para a recuperação de dados meteorológicos históricos.

#### *ATLAS*

As iniciativas realizadas com recursos não reembolsáveis do Fundo foram compiladas em um atlas, que foi divulgado para o Comitê Gestor na reunião desta sexta-feira. Ao todo, já são 189 projetos apoiados e 46 parcerias realizadas nessa modalidade de financiamento. O investimento total foi de R\$ 96 milhões em ações como o monitoramento de emissões, a prevenção de riscos e a recuperação de áreas vulneráveis nos ecossistemas costeiros e semiáridos.

As linhas de atuação do Fundo estão de acordo com o previsto pelas políticas publicadas ligadas ao tema. O secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do MMA, Carlos Klink, destacou que grande parte dos projetos apoiados até agora se refere a ações de adaptação. “Os projetos estão bastante alinhados com os planos setoriais e com o Plano Nacional (sobre Mudança do Clima)”, analisou.

#### *SAIBA MAIS*

Pioneiro no apoio a pesquisas e programas de mitigação e adaptação, o Fundo Clima é um dos principais instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). Com natureza contábil e vinculado ao MMA, é administrado por um comitê formado por representantes de órgãos federais, da sociedade civil, do terceiro setor, dos estados e dos municípios.

Apesar de considerado um fenômeno natural, o efeito estufa se intensificou nas últimas décadas, acarretando mudanças climáticas. Essas alterações resultam do aumento descontrolado das emissões de gases como o dióxido de carbono e o metano. A

liberação dessas substâncias é consequência de atividades humanas como o transporte urbano, o desmatamento, a agricultura, a pecuária e a geração e o consumo de energia.

---

### **Uso de agrotóxicos mais que dobra entre 2002 e 2012, aponta IBGE. Robson Sales – Valor Econômico, Agronegócios. 19/06/2015**

RIO - A agricultura mais intensiva e voltada para a exportação tem provocado um aumento nas vendas de agrotóxicos e de fertilizantes, segundo dados dos Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em dez anos, mais que dobrou o uso de agrotóxicos por hectare plantado, para cerca de 6,9 kg por hectare em 2012.

“Como o Brasil tem uma agricultura voltada para exportação, há um uso mais intensivo de fertilizantes e agrotóxicos”, completou a gerente de estudos ambientais do IBGE, Denise Kronenberg.

Segundo o IBGE, São Paulo é o Estado que mais comercializa agrotóxicos: 10,5 kg por hectare, bem acima da média nacional e do Sudeste, de 8,8 kg por hectare. Goiás vem logo em seguida, com o uso de 7,9 kg por hectare. A pesquisa usa como base dados do anuário estatístico do setor de fertilizantes. “O oeste de São Paulo tem muita agricultura, mas não é possível dizer se é por causa do agronegócio forte. Acontece de o agricultor comprar e estocar para depois revender”, afirmou a pesquisadora.

Ainda de acordo com os números dos IDS, a quantidade comercializada de fertilizantes por área plantada cresceu, em média, 22%. O potássio (K<sub>2</sub>O) foi a substância com maior crescimento proporcional e é o mais utilizado entre os fertilizantes.

---

### **Mulheres Sem Terra fazem da agroecologia uma ferramenta de emancipação – Site do MST. 22/06/2015**

*Em mais uma feira da Reforma Agrária no sul da Bahia, as Sem Terra trouxeram a importância da participação da mulher na produção agroecológica.*

O município de Eunápolis, no extremo sul da Bahia, recebeu na última quinta e sexta-feira (18 e 19) a produção de trabalhadoras e trabalhadores Sem Terra de diversos assentamentos da região, que deram continuidade à jornada de feiras agroecológicas da Reforma Agrária.

Com o tema “Extremo Sul pela Vida: Agrotóxico Zero” a feira apresentou à população uma diversidade de alimentos produzidos pelas mulheres Sem Terra, que junto a isso buscaram dialogar com a sociedade sobre a importância da participação da mulher na produção agroecológica e na luta pela emancipação feminina.

As trabalhadoras defenderam que para a construção da agroecologia é necessário romper com todos os preconceitos que afetam as questões de gênero.

De acordo com Enedina Andrade, coordenadora do Projeto Produção de Plantas Medicinais, “reconhecer e valorizar o primordial papel histórico que as mulheres tem dado para o desenvolvimento da agricultura é um princípio desta construção”.

Já Iseliane Silva, da direção regional do MST, acredita que as mulheres sempre estiveram presentes na agricultura, inclusive numa sociedade capitalista e machista que quer ocultar esse papel.

“Sempre estivemos na produção dos alimentos para a sociedade e principalmente no sustento dos lares do campo e cidade, trabalhando mão a mão, sendo mães e companheiras dos trabalhadores”, disse Iseliane.

Durante os dois dias de feira as mulheres protagonizaram o espaço mostrando a força e organização coletiva na produção de alimentos saudáveis e diversos artesanatos inspirados na vivência e na luta pela terra.

As trabalhadoras acreditam que além da importância social e cultural, a feira agroecológica e a produção de alimentos acabados como os doces, biscoitos e beijos tem potencializado a questão econômico e fortalecido o debate da emancipação e autonomia feminina.

Jazian Mota, da direção estadual do MST, lembra que a luta pela terra no extremo sul sempre foi marcada pela participação e força das trabalhadoras.

“Foram as mulheres que começaram as grandes jornadas de luta contra as empresas multinacionais produtoras de celulose na região. As mulheres também têm sido as protagonistas da luta pela agroecologia, tendo em vista que essa bandeira começou a ser erguida na região como um mecanismo de contraposição ao modelo produtivo do agronegócio. Nossas feiras são conquistas das trabalhadoras que em nenhum momento negaram sua identidade ou desistiram de lutar”, disse Mota.

A jornada de feiras agrocológicas continua em toda região e culminará com um grande encontro regional da produção agrícola e cultural dos trabalhadores Sem Terra no extremo sul.

---

### **Em 16 anos, desmatamento da Amazônia Legal foi quase o tamanho de SP – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 22/06/2015**

*O desmatamento da Amazônia Legal, no período de 1997 a 2013, chegou a 248 mil quilômetros quadrados, quase o tamanho do estado de São Paulo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados são da pesquisa Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), divulgada no último dia 19*

(Fonte: Agência Brasil)

A pesquisa também mostra que o desmatamento entre 2005 e 2013 foi de 89.158 quilômetros quadrados, extensão que pode ser comparada a uma área do tamanho do Espírito Santo com o Rio de Janeiro. O número é menor que o de 1997 a 2004, quando foi somada uma área de 159.078 quilômetros quadrados. Nesse caso, o total desmatado da Amazônia Legal superou o estado do Amapá.

De qualquer forma, o resultado da pesquisa mostra uma queda de 79,1% no desmatamento da região quando comparado o período entre 2004 e 2013. Segundo o IDS, pelo menos 15% da Amazônia Legal já foi desmatada.

Sobre os demais biomas brasileiros, segundo a pesquisa, a Mata Atlântica já teve 85,5% da área desmatada. Nos Pampas, 54,2% da área original foi desflorestada, enquanto quase metade da mata nativa do Cerrado – 49,1% – não existe mais. A Caatinga teve, no período, uma área desmatada de 46,6%. Já a região do Pantanal foi o bioma menos atingido pelo desmatamento (15,4%).

Em 2004, 27,8 mil quilômetros quadrados foram desflorestados na região, o equivalente ao estado de Alagoas. Já em 2013, a área desmatada caiu para 5,8 mil quilômetros quadrados, comparável ao território do Distrito Federal. O menor percentual da série histórica, no entanto, foi registrado em 2012, com 4,6 mil quilômetros quadrados.

---

### **Setor de orgânicos criará este ano primeira associação nacional. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 22/06/2015**

SÃO PAULO - As indústrias de insumos e alimentos processados orgânicos deram mais um passo para tentar estruturar a cadeia produtiva no país. Representantes de grandes grupos e do governo uniram-se no primeiro conselho nacional de produção orgânica e sustentável, o passo anterior à criação de uma associação representativa do setor.

Formado por 16 membros, o grupo pretende preparar o terreno para o lançamento da “Organis” até novembro deste ano. A nova associação terá como objetivo melhorar as relações comerciais na cadeia, prestar serviços de educação ao consumidor e ainda compilar um banco de dados sobre o setor.

“Há ainda muita falta de conhecimento sobre o mercado de orgânicos no país. A associação pretende fechar essa lacuna”, disse ao Valor o coordenador-executivo do projeto Organics Brazil, que atua na promoção dos produtos orgânicos e sustentáveis do Brasil no mercado exterior.

Neste primeiro ano, a associação contará com um orçamento de R\$ 1,5 milhão, angariado junto ao grupo. Entre os 16 representantes estão o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, o responsável pela área de orgânicos do Ministério, Rogério Dias, Leontino Balbo, dona da Native, e o empresário Marcelo Takaoka.

---

### **Oriximiná recebe verba por uso de floresta – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 23/06/2015**

*Repassa marca momento em que a produção das reservas federais gera benefícios diretos para a população do entorno das áreas sob concessão*

Oriximiná, no Pará, foi a primeira cidade a se beneficiar pelo uso econômico das florestas públicas federais. O município recebeu, do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), repasse de R\$ 753 mil, referente a produção de madeira sustentável na Floresta Nacional (Flona) de Saracá-Taquera.

O repasse é previsto pelo artigo 39 da Lei de Gestão de Florestas Públicas, Nº 11.284/2006, que determina que parte do valor pago ao SFB pelo manejo das florestas federais seja distribuída entre o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), o



Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e os Estados e municípios que abrigam as florestas concedidas.

### *RECUPERAÇÃO*

De acordo com o secretário de meio ambiente de Oriximiná, Cláudio Navarro, a verba será utilizada segundo o plano de aplicação aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente. “O recurso será muito importante para viabilizar as políticas ambientais do município”, disse. “Com ele poderemos realizar ações de recuperação de áreas degradadas, fiscalização e educação ambiental.”

O diretor de Concessão Florestal e Monitoramento do SFB, Marcus Vinicius Alves, explicou que o repasse marca mais um momento em que a produção das florestas federais gera benefícios diretos para a população do entorno das áreas sob concessão. “Nossa expectativa é que essa transferência possa ser utilizada de maneira efetiva em ações socioambientais que beneficiem diretamente a população local”, afirmou.

### *OUTROS MUNICÍPIOS*

No caso de Oriximiná, o plano prevê atividades para a estruturação da gestão ambiental do município, como a aquisição de uma sede para o Conselho de Meio Ambiente e a compra de equipamentos e veículos para a prefeitura. Pelas projeções do SFB, o município poderá receber cerca de R\$ 5 milhões nos próximos cinco anos. Os repasses são regulares e irão variar de acordo com a produção de cada unidade de manejo da Flona de Saracá-Taquera.

Além de Oriximiná, os municípios paraenses de Faro e Terra Santa também serão beneficiados. Já em Rondônia, os municípios de Itapuã do Oeste, Cujubim, Candeias do Jamari e Porto Velho, possuem recursos a receber, referentes ao uso econômico da Flona de Jamari, no caso dos dois primeiros, e da Flona de Jacundá, nos demais.

Para estarem aptos a receber o repasse, os municípios devem instituir um conselho municipal de meio ambiente e elaborar e aprovar junto ao conselho um plano de ação para a aplicação do recurso.

---

### **Decreto regulariza comunidade quilombola Família Thomaz em Santa Catarina – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/06/2015**

A presidente Dilma Rousseff assinou na manhã desta segunda-feira (22), durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, em Brasília, decreto que viabiliza a titulação de mais um território quilombola em Santa Catarina. A área de 30,8 hectares, situada no município de Treze de Maio, é reivindicada pela Comunidade Remanescente de Quilombo Família Thomaz e já foi delimitada e reconhecida pelo Incra.

Após a publicação deste decreto presidencial, que reconhece a área como de interesse social para fins de regularização, o Incra poderá dar início à desinstituição do local, por meio de um processo de desapropriação. Para isso, uma comissão fará a avaliação dos três imóveis que integram a área para futura indenização aos ocupantes, que já estão cientes da ação e não a contestaram. Toda a tramitação é feita na justiça, instância que

transferirá a área ao Incra. Ao ser imitado na posse, o Incra irá emitir título da propriedade em nome da Associação Quilombola Família Thomaz, que representa as nove famílias descendentes do ex-escravo Custódio Manoel Thomaz, que recebeu as terras de antigo proprietário de escravos da região, por ocasião da abolição da escravatura, no século 19.

A Comunidade Família Thomaz será a segunda a ser titulada em Santa Catarina. A primeira foi a comunidade Invernada dos Negros, localizada entre os municípios de Campos Novos e Abdon Batista, onde o Incra já efetiva a desapropriação para entrega aos descendentes quilombolas.

#### *Dez decretos*

Além de Santa Catarina, outros nove decretos assinados nesta quarta-feira regularizam áreas nos estados do Maranhão, da Bahia, de Pernambuco, do Ceará, do Paraná, Pará e Rio de Janeiro. A regularização deve beneficiar cerca de 2,3 mil famílias quilombolas.

#### *Histórico da Comunidade*

Trata-se de um grupo formado pelos descendentes de Custódio Manoel Thomaz, negro escravizado que, à época da Abolição, teria recebido um quinhão de terras de seu senhor, de nome Isaías Coelho dos Santos. Este espaço é o atualmente reivindicado, do qual comprovam a titularidade por meio de um documento de medição datado de 1914, que, dentre outras informações, fornece a extensão da terra e sua localização.

Os descendentes de Custódio Manoel Thomaz, em função da incapacidade de resistir às pressões externas, acabaram por deixar a terra por volta do ano de 1945, ano também do falecimento do chefe da família. Na sequência desta desocupação, o grupo seguiu ainda por um tempo vivendo em um contexto rural, no Morro Grande, região também conhecida como Coloninha dos Negros, localidade próxima à região de Tubarão, agora em uma propriedade comprada.

Posteriormente, a Família Thomaz entra num processo ainda mais aguçado de desterritorialização, desvencilhados de vez da vida na terra, em um contexto complexo de migração para a cidade e espalhamento dos seus membros em busca de trabalhos sazonais para ganhar a vida em diferentes centros urbanos. Hoje nota-se a distribuição de pequenos subgrupos da família por várias localidades, como Camboriú, Criciúma e Porto Alegre, e seus membros vivem em geral de aposentadorias, pensões e trabalho assalariado

---

### **Dilma assina decretos de regularização de terras quilombolas e beneficia 2,3 mil famílias – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/06/2015**

Para garantir a posse da terra a famílias quilombolas, a presidenta Dilma Rousseff assinou, nesta segunda-feira (22), dez decretos de desapropriação de terras para regularização de territórios quilombolas. A medida, que beneficia 2352 famílias, foi tomada durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2015-2016, no Palácio do Planalto.

Segundo a presidenta, essa decisão faz justiça a essa população, com quem o País tem uma dívida histórica. “É muito importante uma agricultura familiar e uma política comprometida em garantir a igualdade de tratamento aos vários segmentos que fazem a diversidade dos nossos agricultores familiares. Nós hoje demos ênfase aos decretos de regularização de terras quilombolas, que garantirão a essas populações, além de direitos, a base para seu trabalho”, disse. O decreto foi publicado no Diário Oficial da União.

Ela lembrou que, no século passado, entre a população recenseada, mesmo que muitos escravos não tenham sido computados, a grande maioria da população que integrava o povo brasileiro era de escravos. E que foram alguns escravos fugidos que criaram os quilombos. “Nada mais justo que nós, hoje, assinemos o decreto de regularização de suas terras”, enfatizou.

#### *Diversidade e promoção da igualdade*

A agricultura familiar é também diversidade e promoção da igualdade, acrescentou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias. Ele apontou algumas medidas importantes para incentivar o desenvolvimento econômico de povos e comunidades tradicionais, além da regularização fundiária de territórios quilombolas.

Entre elas está o apoio à comercialização para as famílias extrativistas por meio do Programa de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade e do programa Ecoforte Extrativismo, em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Fundação Banco do Brasil. O governo também ofertará assistência técnica específica para 33.400 famílias, incluindo os próprios quilombolas, além de indígenas, pescadores artesanais e extrativistas.

#### *Mulheres*

Dilma Rousseff e Patrus Ananias destacaram que o governo vai aprofundar a capacitação de mulheres, buscando a igualdade de gênero, direitos e oportunidades, para o acesso ao crédito. “Nós vamos continuar apoiando as mulheres. Aliás, acho que as mulheres agricultoras familiares têm papel essencial na agroindústria”, disse a presidenta, afirmando que o governo vai garantir que 50% do público atendido pela assistência técnica e extensão rural públicas seja de mulheres agricultoras.

Também será assegurada a destinação de 30% dos recursos de assistência técnica, mais de R\$ 100 milhões, a atividades específicas para a promoção econômica das mulheres. O governo ainda ampliará o número de mulheres beneficiadas pelo Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, que tem sido o primeiro passo da inclusão produtiva de muitas mulheres. Por meio desse programa, 100 mil mulheres vão receber 250 mil novos documentos, como carteira de trabalho, identidade e inclusão no Cadastro Único do Governo Federal.

---

**Terra Legal cede 504 mil hectares para MMA. Marta Moraes – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/06/2015**

*Caberá ao Serviço Florestal Brasileiro e ao Instituto Chico Mendes elaborar os estudos na área e fazer a proposição de uso*

Por meio de ato de destinação assinado nesta quarta-feira (24/06), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, formalizou a destinação de 13 milhões de hectares de terras federais na Amazônia Legal. As áreas serão utilizadas para reforma agrária, regularização fundiária, criação de unidades de conservação ambiental e de reserva indígena. Foram destinados para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) 503,6 mil hectares.

Segundo a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, que participou da cerimônia realizada em Brasília, é importante que se consiga conciliar no Brasil a regularização fundiária com terra para pequenos e médios agricultores com a proteção ambiental. “Com a ação de hoje, demos um passo significativo em estados importantes para a área ambiental: o Pará e o Mato Grosso”, afirmou.

A iniciativa faz parte do Programa Terra Legal Amazônia, da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. As áreas estão nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

### *ESFORÇO CONJUNTO*

A destinação é resultado do esforço conjunto dos órgãos do governo federal para definir o uso das áreas públicas e acelerar o processo de destinação de terras da União. Segundo a ministra, o MMA, por intermédio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Instituto Chico Mendes (ICMBio), tem procurado construir caminhos novos no que diz respeito à integração intrainstitucional e efetivamente realizar a proposição de áreas protegidas sem conflitos.

“Nós temos políticas exitosas estabelecidas com a Fundação Nacional do Índio (Funai), com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), entre outros”, destacou Izabella. “Buscamos realizar, em conjunto, ações que sejam traduzidas em qualidade de vida, assegurando um futuro de maneira sustentável.”

Durante o evento, a ministra informou ainda que o próximo passo é instituir uma portaria dentro do MMA com o Serviço Florestal Brasileiro e o Instituto Chico Mendes para realizar os estudos na área e fazer a proposição de uso, consolidando uma política importante como o Terra Legal.

### *SAIBA MAIS*

O Programa Terra Legal regulariza a situação de áreas e imóveis localizados em terras públicas federais, desde que não sejam reservas indígenas, florestas públicas, unidades de conservação, marinha ou reservadas à administração militar.

Criado em 2009, o programa é coordenado pelo MDA e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) na região da Amazônia Legal, que abrange nove estados. Agricultores familiares e comunidades locais têm prioridade no atendimento.

---

**Incra cria primeiro projeto de desenvolvimento sustentável do Sul do Pará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 24/06/2015**

Com 504 projetos de assentamento na modalidade tradicional e um projeto agroextrativista, a Superintendência Regional do Incra no Sul do Pará criou, na última quarta-feira (17), o primeiro Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) na região.

Essa modalidade de assentamento é estabelecida para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas e dirigida para populações tradicionais (famílias que desenvolvem atividades de baixo impacto ambiental) e não há a individualização de parcelas (titulação coletiva – fração ideal).

O PDS “João Canuto II” foi obtido por meio de permuta em área pública do imóvel denominado de Retiro Guerobal com área de 3,6 mil hectares, localizado no município de Xinguara, e tem capacidade para o assentamento de 142 famílias de trabalhadores rurais.

A partir de agora, o Incra irá atualizar o cadastro do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural e realizar ações, em parceria com a Prefeitura Municipal de Xinguara (PA), para inclusão das famílias candidatas no CadÚnico. Desta forma, as famílias poderão ter acesso às políticas municipais, estaduais e federais, caso sejam selecionadas e homologadas no projeto.

---

### **Brasil vai alavancar a agroecologia, afirma ministro. Tássia Navarro – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 25/06/2015**

As políticas brasileiras de incentivo à agroecologia foram apresentadas pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, a governantes, representantes da sociedade civil e acadêmicos de países da América Latina e Caribe. O ministro destacou, especialmente, o plano Brasil Agroecológico, o investimento em assistência técnica e extensão rural, e o aumento da comercialização. “Estamos trabalhando como questão central a agroecologia, a conciliação da produção com a qualidade, a saúde e a preservação do meio ambiente”, informou.

A apresentação ocorreu, nesta quinta-feira (25), durante a abertura o Seminário Regional sobre Agroecologia na América Latina e Caribe, que segue até sexta (26), em Brasília. O evento é promovido pelo MDA em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (Reaf), a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) e a Aliança pela Soberania Alimentar na América Latina e no Caribe (Aliança).

Patrus reafirmou que o País ainda vai investir muito em pesquisa, desenvolvimento científico, tecnológico e cultural para alavancar a agroecologia. “Isso para encontrar o equilíbrio de preservar o meio ambiente, a terra, os recursos naturais, a água para as gerações futuras. E ao mesmo tempo produzirmos alimentos, bens e serviços necessários para uma vida digna e decente para todas as pessoas”, completou.

O representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic, destacou o compromisso da organização em levar adiante as diretrizes finais do seminário. “Esse encontro faz parte de três grandes seminários a nível global. Estaremos também na África e Ásia”, explicou.

Para o representante da secretaria técnica da Reaf, Fernando Rodriguez, o tema dialoga com a questão do desenvolvimento do campo. “Consideramos de fundamental importância e um grande desafio a discussão desse formato de produção que pode impulsionar a agricultura familiar”, considerou.

Na avaliação do representante da Celac, Efraín Isacas, é preciso levar a agroecologia a outros níveis e tratá-la com prioridade. “Temos que fazer um esforço e mostrar que ela traz uma enorme contribuição para a economia dos agricultores familiares e de todos os países”, afirmou.

A coordenadora do Movimento das Mulheres Camponesas da Via Campesina e representante da Aliança dos Povos pela Soberania Alimentar da América Latina e Caribe (Aliança), Adriana Mezzadri, relatou a luta pela promoção da agroecologia no meio rural. “Nós temos debatido, defendido e resistido com muita força essa perspectiva de construção coletiva. Para nós a agroecologia é essa construção coletiva e que tem a ver com a soberania alimentar e popular de todo o povo”, explicou.

Ao final do seminário, os participantes elaborarão uma declaração com diretrizes para o desenvolvimento da agroecologia na América Latina e Caribe, com sugestão de ações que possam contribuir para a discussão do assunto em diferentes fóruns de integração regional.

Participam do evento pesquisadores, governantes e representantes de movimentos de agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais.

---

### **Brasil pode ser modelo mundial na produção de alimentos sustentáveis – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 25/06/2015**

Milão (Itália) (25/06/2015) - O investimento em tecnologia feito nas últimas décadas para o agronegócio deu ao Brasil know how para atuar no uso eficiente do solo e garantir uma produção agrícola e pecuária sustentável. Nos últimos 25 anos, a área utilizada para a plantação de grãos aumentou 50%, enquanto a produção aumentou 200%, afirmou o coordenador do Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Roberto Rodrigues, durante a mesa redonda “Produção agrícola de alimentos e sustentabilidade no Brasil”, na Expo Milão 2015.

“Isso se chama sustentabilidade e, graças à tecnologia, que aumenta a produtividade por hectare, o mundo inteiro reconhece o impressionante desempenho brasileiro na área tecnológica. Se tivéssemos a mesma produtividade de 25 anos atrás seriam necessários 60% a mais de área plantada”, explicou o ex-ministro da Agricultura, entre 2003 e 2006, durante os debates.

Ele participou da mesa redonda: Produção agrícola de alimentos e sustentabilidade no Brasil, que reuniu ainda representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do grupo de trabalho Pecuária Sustentável.

Agricultura sustentável - O Brasil reúne todas as características necessárias para ser considerado um país sustentável. Segundo o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi, o resultado do comprometimento é que 61% do território nacional encontra-se

em área de conservação. “Só o Brasil tem uma área como essa, nós temos condições de avançar muito mais. O mesmo vale para a pecuária, cuja produção de carne aumentou 30% enquanto o tamanho da área ocupada pelo rebanho diminuiu 20%”, destacou o superintendente.

Esse casamento entre agronegócio em tecnologia também tem impacto no comércio. O agronegócio representa 24% do Produto Interno Bruto (PIB), desse total, 29% dizem respeito à produção agropecuária em todas as fazendas brasileiras. O setor é responsável por 30% dos empregos no país e, ainda, por 43% do valor das exportações brasileiras.

Evolução do agronegócio - Na última década, o agronegócio saiu de uma exportação de US\$ 39 bilhões de dólares para US\$ 89 bilhões de dólares. No ano passado, o saldo comercial do agronegócio foi de US\$ 80 bilhões, enquanto nos demais setores o valor foi negativo, US\$ 84 bilhões. “O saldo comercial do agronegócio é sistematicamente positivo e crescente enquanto os demais setores apresentam superavit em queda”.

Todos os números positivos têm como objetivo central investimentos estratégicos em pesquisa. Coordenado pela CNA, vários programas incluem diferentes vertentes que levam o Brasil rumo a uma formatação cada vez mais sustentável.

O projeto biomas, que insere árvores no sistema produtivo, prevê nove anos de trabalho, envolvendo 330 pesquisadores e a atuação nos seis biomas brasileiros. O objetivo é plantar 120 mil espécies de árvores na recomposição de áreas de reserva legal e de preservação permanente, explicou Lucchi.

Liderança brasileira - O Brasil se tornou líder em agricultura tropical graças à descoberta de novas formas de trabalhar a agricultura e a pecuária. Hoje, temos solos mais férteis e um sistema de produção que serve de referência internacional.

“Enquanto na Europa e nos Estados Unidos é preciso esperar seis meses entre uma colheita e um plantio, no Brasil existe uma diferença de apenas dez minutos entre colher uma cultura de soja e plantar milho, por exemplo, isso é extraordinário”, explicou o chefe da secretaria de Inteligência e Macroestratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Elísio Contini.

Um dos exemplos da eficiência brasileira é a chamada correção da fertilidade do solo, que só é possível com investimento em tecnologia, e da fixação biológica de nitrogênio, um microrganismo responsável por extrair do ar o nitrogênio que a planta precisa. Com isso, é possível economizar no uso de fertilizantes, reduzir custos e ter um efeito positivo sobre o meio ambiente.

Aliar conhecimento, investimento em pesquisa e novas tecnologias, é a combinação considerada fundamental para superar desafios que vão além da fronteira brasileira, como aumentar a produção de alimentos de forma sustentável. O Brasil pode ser o principal ator nesse sentido.

---

**Via Campesina critica apropriação da agroecologia pelo capital. Iris Pacheco – Site do MST. 26/06/2015**

*A crítica se deu durante seminário promovido pela FAO, em Brasília, sobre o fortalecimento da agroecologia na América Latina*

Entre os dias 24 a 26 de junho, diversos representantes da Via Campesina participam do Seminário Regional de Agroecologia na América Latina e Caribe, no Centro de Formação Israel Pinheiro, em Brasília.

Organizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o evento é uma continuação do Simpósio Internacional sobre Agroecologia para a Segurança Alimentar e Nutrição, ocorrido em Roma em setembro de 2014.

O objetivo da atividade é aprofundar as discussões dos processos de integração regional e fortalecer a agroecologia a partir do diálogo entre os campos da sociedade civil, governos e academia.

Segundo Peter Rosset, da Via Campesina internacional, a questão agroecológica vive dois processos. Um deles se desencadeia a partir da institucionalidade, com os Simpósios da FAO, em que a aposta é consolidar uma agroecologia comercial.

Já o outro parte dos movimentos sociais, composto por uma série de saberes entre diferentes setores, como os camponeses, povos originários e trabalhadores rurais, que buscam alcançar o consenso de uma agroecologia transformadora, de resistência e de luta popular.

"Estamos num momento da disputa entre essas duas visões da agroecologia, e nossa participação aqui é para travar essa disputa", disse Rosset.

Rosset lembrou que diversos ministérios de agricultura de muitos países estão se mobilizando para gerar políticas públicas agroecológicas, "o que é uma oportunidade, mas também uma ameaça, porque se os movimentos não se movem, tudo isso pode vir a apoiar a agroecologia comercial", destaca.

Para ele, é preciso que as organizações se mobilizem para incidir sobre essas novas políticas para serem um respaldo da agroecologia popular camponesa.

### *Mudança de rumo*

Nos últimos três anos a agroecologia têm passado por uma mudança na contexto internacional.

Nas décadas anteriores a proposta de construir um sistema alternativo de produção baseado na matriz agroecológica foi completamente ignorado pelos governos. No entanto, com essa perspectiva de uso técnico para os interesses do capital o cenário tem se alterado rapidamente.

Para Nury Martinez, da Federação Nacional Sindical Unitária de Agropecuária (FENSUAGRO) na Colômbia, é importante haja o interesse pela temática, porém é preocupante que a utilize para outros fins, como parte do desenvolvimento de uma agricultura comercial extensiva.

"Consideramos que é importante colocar nossa análise nestes espaços da FAO, para que se discuta com os governos, e que desse processo saia políticas públicas que ajudem a



implementar técnicas que fortaleçam a agroecologia e o desenvolvimento da agricultura camponesa e familiar, e não o contrário".

#### 1º Fórum sobre agroecologia

Em fevereiro deste ano, mais de 200 representantes de organizações e movimentos sociais de camponeses, pescadores, indígenas, agricultores familiares, entre outros, se reuniram na capital do Mali, Bamako, para participar do primeiro Fórum Internacional sobre Agroecologia.

Deste fórum resultou uma declaração em que afirmaram o compromisso de promover uma produção agroecológica que defenda a troca de saberes, reconheça o papel da mulher, promova a economia local, proteja a biodiversidade do planeta e lute contra a apropriação corporativa e institucional da agroecologia pelo capital.

O sistema de produção de alimentos industrial está começando a exaurir seu potencial produtivo e lucrativo por causa das suas contradições internas e suas consequências negativas ao meio ambiente e à saúde pública. A agroecologia seria uma resposta a esse modelo.

Para Jaqueline Arriagada, da Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas (Anamuri) no Chile, é preciso que os governos avancem e compreendam o significado da agroecologia para a agricultura familiar e camponesa.

"A terra já não resiste e o Estado não reconhece que a agricultura industrial, em muitos lugares imposta a sangue e fogo, tem destruído nossos territórios, nossas terras, que são invadidas pelos monocultivos, pelas mineradoras com o apoio dos governos", colocou.

Para ela, não se trata apenas de uma necessidade de resistência, "mas também alcançar avanços para que nossa agricultura seja reconhecida e visibilizada. Assim como deve ser com o papel das mulheres no cuidado das sementes e no fazer da agricultura", destacou Jaqueline.

#### *Na agenda do continente*

Recentemente, a agroecologia foi incluída na agenda de integração regional. O Seminário Regional de Agroecologia integra o Plano de Ação de Agricultura Familiar da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). A 20ª REAF MERCOSUL, realizada em 2013 em Caracas, na Venezuela, incluiu o tema na agenda dos Grupos Temáticos para a Adaptação às Mudanças Climáticas e o Manejo de Risco Climático.

Além da FAO, o seminário também é promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil (MDA), Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), Reunião Especializada Sobre Agricultura Familiar do Mercosul (REAF MERCOSUL) e Aliança pela Soberania Alimentar na América Latina e no Caribe (Aliança), com o apoio do Programa de Cooperação Brasil-FAO.

No final do evento, será elaborado um documento de referência com diretrizes para o desenvolvimento da agroecologia na América Latina e Caribe, com sugestões para futuras ações em outros espaços.

As próximas reuniões regionais acontecem ainda este ano entre os meses de setembro e outubro, em Senegal, na África. Seguindo para Ásia e o Pacífico, que será em Bangkok na Tailândia, de 21 a 23 de Novembro de 2015.

---

### **O papa e a Amazônia. Denis Lerrer Rosenfield – O Estado de São Paulo, Opinião. 29/06/2015**

A encíclica *Laudato Si'*, do papa Francisco, dedicada a questões ambientais, também denominada *Sobre o Cuidado da Casa Comum*, entendida esta como Criação, suscitou enorme reação, sobretudo favorável. Poucas foram as vozes críticas. Isso se deve, principalmente, ao fato de o ambientalismo ser hoje uma nova forma de ideologia, fortemente compartilhada pela opinião pública, em especial nos centros urbanos.

Trata-se de documento muito bem escrito, em torno de 80 páginas, que se dedica ao que chama de “ecologia integral”, unindo questões propriamente ambientais com questões morais, sociais, religiosas e econômicas. Significa que, sob esse nome, o papa tem a pretensão de oferecer toda uma nova concepção de mundo, que, no seu entender, deveria passar a orientar a vida das pessoas em geral, independentemente de credos religiosos.

Sua encíclica, então, não está voltada exclusivamente para os católicos, mas para toda a humanidade, todos os habitantes da Terra. Mais ainda, visa a que se estabeleçam formas internacionais de controle de grandes empresas e países, a partir do fortalecimento de organismos internacionais e de atuação de ONGs ambientalistas e indigenistas.

O papa critica fortemente as grandes empresas internacionais que estariam preocupadas só em saquear os recursos naturais de regiões de grande biodiversidade como a Amazônia, a bacia do Congo e os grandes lençóis freáticos e glaciares. Aliás, são as três únicas regiões do mundo referidas no documento. Nesse sentido, ele seria contra a “internacionalização” política dessas áreas do planeta.

Aparentemente, ele seria contra a internacionalização da Amazônia, entendida como uma forma de dominação de grandes empresas e dos países mais desenvolvidos. A imprensa nacional tomou essa formulação pelo valor de face, ressaltando o fato de o Santo Padre defender a soberania nacional, no caso brasileiro, da Amazônia. Logo, o Brasil não teria com o que se preocupar. Uma leitura atenta do documento, contudo, permite desvelar outra concepção.

A Amazônia, mais especificamente, é considerada um dos grandes pulmões do planeta. É vital para o conjunto da Terra, enquanto Criação divina, e para o futuro da humanidade. Ou seja, ela não pode ficar à mercê dos grandes “interesses econômicos internacionais” – nem, poderíamos acrescentar, da soberania do Brasil, pois ela é, na verdade, um patrimônio internacional, da humanidade, uma obra-mestra da Criação, foi Deus o seu artífice.

Atentar contra a Amazônia significaria atentar contra um pulmão do mundo, talvez o mais importante, e, teologicamente, contra a Criação. Isto é, moral e religiosamente o Brasil se veria destituído de soberania sobre essa porção de seu território.

Em linguagem papal, “torna-se indispensável criar um sistema normativo que inclua limites invioláveis e assegure a proteção dos ecossistemas, antes que as novas formas de poder derivadas do paradigma tecno-económico acabem por arrasá-los não só com a política, mas também com a liberdade e a justiça” (a ortografia é de português de Portugal).

O novo sistema normativo, moralmente fundado, passaria a ser exercido por organismos internacionais e ONGs nacionais e internacionais, ambientalistas e indigenistas, que passariam a ditar o que pode ou não ser feito neste enorme território nacional. A decisão última seria transferida do Estado nacional para elas, contando, internamente, com a participação ativa – e decisiva – da CNBB e de seus órgãos, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Comissão Missionária Indigenista (Cimi). Ou seja, um país como o Brasil poderia perder “religiosamente”, “moralmente”, “ecologicamente” e “socialmente” a Amazônia, que passaria a ser controlada por essa nova espécie de poder.

A construção da Usina de Belo Monte e outras na Amazônia se tornariam inviáveis. Na perspectiva papal, os interlocutores privilegiados seriam os indígenas e, principalmente, seus porta-vozes de ONGs e movimentos sociais, pois deveria caber essencialmente às “populações aborígenes” o cuidado da “Casa Comum”. Não poderia um país decidir o que fazer com o pulmão do mundo, que seria, moralmente e religiosamente, propriedade de todos os membros do planeta, da Obra divina. O Brasil deveria, realmente, abdicar de sua soberania.

Seguindo a linha dos movimentos sociais, centra sua crítica no agronegócio em geral, principalmente na monocultura e nas empresas proprietárias de grandes extensões de terra. Seu elogio reside no acolhimento da agricultura familiar, da pequena propriedade e das populações aborígenes. O “clamor da natureza” se identificaria com o “clamor dos pobres”. Salientem-se igualmente suas constantes investidas contra o “lucro” e o “egoísmo”. Sua concepção está baseada numa relativização da propriedade privada.

Há, portanto, nesse documento uma confluência de questões ambientais, religiosas, morais e sociais, fazendo dos porta-vozes dos pobres e de questões ambientais os verdadeiros representantes de uma nova humanidade a ser construída. As ONGs ambientalistas e indigenistas são, então, erigidas em novo poder mundial – entendido como se fosse uma espécie de poder moral. Elas se estariam tornando uma espécie de novo Evangelho, como se suas concepções pudessem ser, de certa maneira, identificadas como uma nova forma de religiosidade universal. Isso é, elas passariam a ser um tipo de poder supranacional que contaria com o beneplácito da Igreja, que as sustentaria nas críticas que recebem dos países onde operam.

Os movimentos sociais de esquerda e as ONGs ambientalistas e indigenistas nacionais e internacionais seriam, nessa perspectiva, não apenas os representantes dessa nova humanidade, mas os interlocutores privilegiados do mundo político em escala planetária. Teríamos, aqui, uma nova forma de poder político, tido por moral em sua essência, que não poderia ser limitado por nenhuma forma de poder nacional.

*PROFESSOR DE FILOSOFIA NA UFRGS. E-MAIL: DENISROSENFELD@TERRA.COM.BR*

---

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búriço, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**

José Renato S. Porto

**Secretária**

Diva de Faria



**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa